



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**

Pregão Eletrônico nº 52/2016

**ABERTURA DA LICITAÇÃO
Dia 29/07/2016 às 15 horas**

ATENÇÃO

No recente **Acórdão TCU nº 754-2015** – Plenário, houve expressa determinação para que a Administração Pública instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

Nesse contexto, alerta-se para que o licitante analise **detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta (ex. desistência, solicitação de troca de marca, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante a penalidades, apuradas em regular processo administrativo.

**Palmas - TO
Julho/2016**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2016

O PREGOEIRO do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, designado pela Portaria n.º 13, de 22 de abril de 2016, expedida pelo Diretor-Geral do TRE-TO, comunica aos interessados que fará realizar licitação, através do uso de recursos de tecnologia da informação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, **(PREGÃO ELETRÔNICO)**, tipo **MENOR PREÇO**, autorizado no Processo Administrativo Eletrônico n.º 11494-97.6.27.8000. A licitação obedecerá às condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei n.º. 10.520/2002, pelo **Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005** e subsidiariamente pela Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 29 de Julho de 2016

HORÁRIO: 15 horas (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 070027

I - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil para executar reforma do edifício sede deste Tribunal, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I) e demais anexos, partes integrantes deste Edital, independente de transcrição

1.2 Havendo divergências entre as descrições constantes do Sistema Comprasnet e as especificações constantes no Anexo I deste Edital, prevalecerão as do Termo de Referência.

II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas no sistema "Comprasnet", através do site www.comprasnet.gov.br, cujo gerenciamento é efetuado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (órgão provedor do sistema eletrônico).

2.2 A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

2.2.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

2.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O TRE-TO não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

2.4 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.4.1 que se encontrem em regime de recuperação judicial ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução, liquidação;

2.4.2 que tenham sido declaradas suspensas de contratar com o TRE-TO;

2.4.3 que estejam reunidas em consórcio de empresas e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.4.4 que estejam atuando na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário;

2.4.5 estrangeiras que não funcionem no país;

2.4.6 que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.4.7 que tenham em seu quadro cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da fundamentação do processo nº 0004818-34.2014.2.00.0000 (consulta CNJ);

2.4.8 que tenham seus quadros empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (art. 3º, resolução CNJ nº 07/2005)

2.5 A licitante está obrigada a declarar, no sistema eletrônico, se for o caso, sob as penas da lei, nos termos do Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/06.

III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 A licitante, que deverá estar inscrita no sistema eletrônico “Comprasnet”, no site www.comprasnet.gov.br (o qual é de acesso livre – SICAFWEB), deverá providenciar o seu credenciamento dentro do serviço “Pregão Eletrônico”.

3.1.1 O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-TO, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

IV - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

4.1.1 Em formulário específico do sistema Comprasnet, deverá ser lançado o valor unitário e total, tendo em vista que o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO.

4.1.2 Até a abertura da Sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.3 Será solicitado nesta fase o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação e de que a empresa não emprega menor.

4.1.4 As declarações indicadas no subitem anterior somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

4.2 A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

4.5 A proposta vencedora a ser enviada posteriormente, conforme item 4.10, deverá constar:

- a) número do Pregão, nome ou Razão Social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do banco, agência e conta corrente para fins de pagamento);

- b) descrição clara e completa dos serviços, devendo ser discriminados, em conformidade com as especificações do Anexo I (termo de Referência);
- c) VALOR TOTAL da proposta, em real, com no máximo duas casas decimais, relativos à mão de obra e aos materiais utilizados, inclusos os encargos sociais incidentes sobre a prestação dos serviços, bem como taxas, impostos, e demais despesas diretas e indiretas pertinentes, para tanto, utilizando-se as planilhas de composição de preços do Anexo I – A (Planilha de Referência);
 - c.1) A proposta apresentada deverá englobar todos os materiais e serviços necessários para a completa execução da obra, obedecendo-se sempre aos padrões existentes;
 - c.2) O detalhamento do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) deverá ser apresentado juntamente com a proposta, observando a aplicação da fórmula contida no modelo Anexo I-A (Planilha Referência) deste Edital. No cálculo do BDI, em nenhuma hipótese, será admitida inserção, mesmo que indireta, de percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL;
 - c.3) O custo global dos serviços contratados deverá ser obtido a partir do preenchimento da planilha orçamentária constante do Anexo I – A (Planilha Referência);
- d) VALOR UNITÁRIO da mão-de-obra e dos serviços/materiais a serem utilizados, fazendo constar ainda as especificações técnicas dos materiais, incluindo marca e modelo, se for o caso, conforme descrição dos serviços e materiais constantes do Termo de Referência (ANEXO I);
- e) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para a abertura das propostas;
- f) prazo de execução dos serviços em conformidade com o estipulado no Item 14 do Anexo I;
- g) declarar a concordância com a adequação do Termo de Referência e planilhas, conforme inciso II do artigo 13 do Decreto nº 7983/13;
- h) indicação do preposto que ficará encarregado da assinatura do contrato, endereço, e-mail, números de fax e telefone, CPF, documento de Identidade (RG) e cargo na empresa.

4.6 Não se admitirá preço global superior ao valor estimado para a execução dos serviços de que trata este Pregão, conforme o disposto na planilha de referência, constante no Anexo I-A deste Edital.

4.6.1 O preço global de referência da obra, objeto deste edital é de R\$ 145.092,77 (cento e quarenta e cinco mil, noventa e dois reais e sessenta e sete centavos).

4.7 A planilha orçamentária constante da proposta deverá reproduzir todos os itens e quantitativos constantes da planilha estimativa fornecida em anexo ao Pregão (Anexo I-A), ressaltando que todas as eventuais incorreções existentes na planilha estimativa deverão ser levadas em conta no preço global proposto, sendo a contratada responsável pela execução de todos os elementos constantes das especificações.

4.8 Em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.

4.9 Caso o prazo de validade da proposta não esteja expressamente indicado na proposta, fica estabelecido que este prazo será de 60 (sessenta) dias a contar da sessão de abertura deste Pregão.

4.10 A proposta de preços deverá ser anexada ao Sistema Comprasnet após solicitação do pregoeiro pela opção "Convocar Anexo", no prazo máximo de 2 horas, contado de sua solicitação.

4.10.1 A critério do pregoeiro, a fim de agilizar a sessão pública, poderá ainda, ser solicitado o envio da proposta para o e-mail cpl@tre-to.jus.br.

4.10.1.1 O ENCAMINHAMENTO POR E-MAIL NÃO AFASTA A POSTAGEM NO COMPRASNET, QUE É OBRIGATÓRIA.

4.10.2 Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

4.10.2.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para:

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
3º Andar – Seção de Licitações
Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 NORTE, Conjunto 1, Lotes 1/2
Plano Diretor Norte - Palmas/TO
CEP: 77.006-214 - Caixa Postal 181

V – DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 O Pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1 Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo critério de MENOR PREÇO.

6.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.

6.5 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.6 A etapa de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro, que comunicará às licitantes, iniciando o tempo de espera determinado. Após expirado esse tempo, o sistema ainda abrirá o tempo randômico, de 1 a 30 minutos, em que as empresas poderão oferecer lances, cujo encerramento dar-se-á aleatoriamente pelo sistema, em no máximo 30 (trinta) minutos.

6.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.8 Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, serão adotados os seguintes procedimentos:

6.8.1 será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

6.8.2 para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes

que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.8.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

3. no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 6.8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - a) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.8.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
 - b) o disposto no subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - c) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

VII – DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 Serão desclassificadas as propostas que:

- 7.1.1 contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação
- 7.1.2 não atendam às exigências deste Edital;
- 7.1.3 ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- 7.1.4 contenham preços manifestadamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida e não vierem a comprovar sua executabilidade, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.666/93;
- 7.1.5 contenham preços excessivos, aqueles considerados acima do valor de referência.

7.2 O Pregoeiro efetuará a aceitação das propostas, classificando a proposta de menor preço, após o encerramento da etapa de lances, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

7.3 A licitante vencedora será anunciada pelo Pregoeiro, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, ou quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.4 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério de menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.4.1 Ocorrendo a hipótese anterior o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

7.5 Haverá indício de inexecutabilidade se o preço constante da proposta for inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- b) valor orçado pela Administração.

7.5.1 neste caso, deverá o Pregoeiro converter b o processo em diligência para apurar a eventual existência de provas que demonstrem a exequibilidade da proposta. Em sendo esta demonstrada, a proposta será admitida. Caso contrário, desclassificada.

7.6 Da licitante vencedora, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do subitem 7.5, será exigida, por ocasião da assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, igual a diferença entre esse valor e o valor da sua proposta.

VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1 Para participar da presente Licitação, a licitante deverá estar inscrita no SICAF, com a documentação obrigatória regularizada, sendo que a comprovação desta habilitação será obtida por consulta on line pelo Pregoeiro, o qual verificará a validade dos seguintes documentos:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: **Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) prova de regularidade para com a Seguridade Social: **Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias**, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: **Certidão de Regularidade do FGTS - CRF**, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.1.1 sendo verificado que algum documento encontra-se vencido ou não conste no SICAF, será admitida a apresentação do original ou cópia autenticada, ou ainda nos termos da legislação pertinente a cada documento.

8.1.2 A licitante também deverá comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** expedida eletronicamente. (Lei nº 12.440/2011)

8.2 A licitante deverá apresentar ainda:

8.2.1 **declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8666/93**, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital;

8.2.2 declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital;

8.2.3 Contrato social da empresa, documentos de identidade e CPF do responsável pela assinatura do Contrato;

8.2.3.1 Caso o responsável pela assinatura do contrato não conste no contrato social com poderes para representar a empresa, deverá também ser apresentada **procuração** respectiva;

8.2.4 certidão de registro da empresa licitante onde conste seus responsáveis técnicos, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo no qual estejam vinculados;

8.2.5 comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários um engenheiro civil ou arquiteto, o qual será o responsável técnico indicado pela licitante para executar a obra, conforme detalhado na alínea "b.1" do item 5.1 do Anexo I – Termo de Referência;

8.2.6 declaração da licitante de que conhece as condições locais para a execução e entrega da obra (Anexo V) ou declaração da licitante de que, através de representante devidamente credenciado pela licitante, vistoriou o local onde será executada a obra (Anexo VI);

8.3 O pregoeiro efetuará ainda para efeitos de habilitação:

- a) consulta ao site www.cnj.jus.br para verificar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa;
- b) consulta ao site www.portaltransparencia.gov.br para verificar o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União.

8.4 Os documentos exigidos para habilitação DEVERÃO SER ENCAMINHADOS DE FORMA VIRTUAL, utilizando a funcionalidade de convocação de anexos existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo máximo de 2 horas, contado de sua solicitação.

8.4.1A critério do pregoeiro, o prazo de envio de documentos de habilitação poderá ser prorrogado por igual período.

8.6 A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente;

8.7 Caso seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.8 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.8.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

8.8.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para recebimento da nota de empenho, ou revogar a licitação.

8.9 Para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, portanto, substitui a exigência de remessa das certidões solicitadas no subitem 8.1 deste edital.

IX – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, através do e-mail cpl@tre-to.jus.br ou ainda, por meio de documento protocolado no TRE-TO.

9.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.2. acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.2. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório caberá recurso nos casos previstos na Lei nº. 10.520/02 e Decreto nº. 5.450/05, devendo a licitante manifestar a sua intenção de recorrer e recurso, através de formulário próprio no âmbito do Sistema Eletrônico, cabendo às demais licitantes apresentar as eventuais contrarrazões.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

9.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

9.6. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.7. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações deste Regional.

X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa com a presente licitação correrá a conta da Dotação Orçamentária: PT 02.122.0570.20GP.0017 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - PTRES 084812 – PO Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e Elemento de Despesa 3.3.3.9.0.39.16 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

10.2. As obrigações decorrentes desta Licitação a serem firmadas entre o Tribunal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Termo de Contrato (Anexo IV), observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, a legislação vigente e a proposta vencedora.

XI – DA ATA COMPLEMENTAR

11.1. Na hipótese da empresa vencedora se recusar a assinar o Contrato, será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no artigo 4.º, incisos XVI e XXIII da Lei 10520/02.

11.2. A empresa classificada em 1º lugar, inadimplente, não estará isenta das penalidades previstas no edital.

XII – DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, correspondentes aos serviços efetivamente medidos e executados, por meio de Ordem Bancária efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis após apresentação de Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pelo gestor especialmente designado pela Secretaria de Administração e Orçamento do TRE/TO.

12.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

12.3. Sobre as faturas incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição

social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com as faturas, cópia do comprovante respectivo.

12.4. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

12.5. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

XIII – DO CONTRATO

13.1. Será firmado Contrato com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 8.666/93.

13.2. Integrarão o Contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO, independentemente de transcrição.

13.3. O TRE-TO convocará a vencedora para **assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e nas estipuladas neste edital.

13.4. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o Contrato e apresentar justificativa, por escrito, não aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, a Sessão Pública para o Recebimento das Propostas será retomada e os demais licitantes chamados a fazê-lo, na ordem de classificação.

13.4.1. Nesse caso, sujeita-se a licitante vencedora às penalidades aludidas no capítulo XIV deste Edital.

13.5. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do Contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no capítulo XIV deste Edital.

13.6. O Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/93.

XIV – DAS PENALIDADES

14.1. A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, cometer fraude fiscal, não mantiver a proposta ou comportar-se de modo inidôneo poderá sofrer as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa no percentual de até 15% (quinze por cento) do valor do lance ofertado ou da proposta apresentada;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.1.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93, bem como os previstos no art. 7º da lei 10.520/2002.

14.2. O atraso injustificado na execução do contrato, inexecução total ou parcial, sujeitará o contratado às penalidades descritas no Anexo IV (Minuta do Contrato).

14.3. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido no item 13.3 desse edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa compensatória no percentual de até 15 % (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato.

14.4. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

14.5. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

XV - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE – TO E DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. As obrigações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e da licitante vencedora encontram-se especificadas no Termo de Referência (ANEXO I) e no Contrato (ANEXO IV).

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. Para poder efetivar a assinatura eletrônica do Contrato, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no Sistema Eletrônico de Informação deste Tribunal.

16.2.1. Caso não possua o referido cadastro, será enviado link de página da internet, para o e-mail do responsável pela assinatura do Contrato, como forma de se implementar a assinatura eletrônica.

16.3. Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução do objeto deste Edital, sem expressa autorização deste Tribunal.

16.4. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

16.5. A critério do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins a presente licitação poderá ser:

16.5.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

16.5.2. Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

16.5.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.6. A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.

16.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Edital.

16.8. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

16.9. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.10. O Pregoeiro poderá, no interesse do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

16.11. Por ocasião da análise das propostas e/ou documentação, poderá o Pregoeiro diligenciar para sanar erros ou falhas, conforme art. 26, §3º, do Decreto nº 5.450/2005.

16.12. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Tocantins ou encaminhadas via fax ou e-mail, para o número ou endereço eletrônico indicados pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio do fax ou mensagem eletrônica.

16.13. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, nos casos de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

16.14. São partes integrantes deste Edital, independente de transcrição:

ANEXO_I_TERMOS DE REFERÊNCIA

ANEXO_I-A- PLANILHA DE REFERÊNCIA

ANEXO_I-B- PROJETO ARQUITETÔNICO

ANEXO_II_FATO IMPEDITIVO

ANEXO_III_art_7º_CF

ANEXO_IV_MINUTA DO CONTRATO

ANEXO_V_DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO OBJETO

ANEXO_VI_DECLARAÇÃO DE VISTORIA

16.15. Terão, conjuntamente, força contratual a proposta vencedora, o instrumento de contrato e os termos deste Edital.

16.16. O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que argüidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a Abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: cpl@tre-to.jus.br.

16.17. É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Palmas - TO, 15 de julho de 2016.

José Barroso de Oliveira Neto
Pregoeiro do TRE-TO